

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



**Denise Pereira
(Organizadora)**

Atena
Editora

Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

História: espaços, poder, cultura e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Denise Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-438-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

CAPÍTULO 2..... 14

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

CAPÍTULO 3..... 23

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

CAPÍTULO 4..... 37

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

CAPÍTULO 6..... 64

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

CAPÍTULO 7..... 76

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

CAPÍTULO 8..... 87

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

CAPÍTULO 9..... 100

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomi Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>

CAPÍTULO 10..... 107

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro

Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

CAPÍTULO 11..... 118

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

CAPÍTULO 12..... 134

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

CAPÍTULO 13..... 149

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva

Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

CAPÍTULO 14..... 158

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

CAPÍTULO 15..... 176

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva
Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

CAPÍTULO 16..... 189

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

CAPÍTULO 17..... 203

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

CAPÍTULO 18..... 216

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

CAPÍTULO 19..... 227

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

CAPÍTULO 20..... 250

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

CAPÍTULO 21..... 259

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

CAPÍTULO 22.....	272
O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário  https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	281
ÍNDICE REMISSIVO.....	282

CAPÍTULO 12

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

Data de aceite: 24/08/2021

João Marinho da Rocha

Professor do colegiado de História da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins, UEA/ CESP. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM. Pesquisador do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas-GHEA e do Núcleo de Estudos afro-brasileiros-NEAB/ UEA/ CESP

RESUMO: Esta comunicação versa sobre as relações entre a produção, o enquadramento e o aprendizado da memória de si e os processos de lutas por reconhecimentos da Identidade étnica quilombola na Fronteira Amazonas/Pará. O faz a partir do caso do “Quilombo Trindade” que compõe um conjunto de cinco comunidades quilombolas do Rio Andirá, município de Barreirinha -AM, certificadas pelas Fundação Cultural Palmares-FCP em outubro de 2013, após oito anos de lutas. O texto produz tal reflexão pautado numa “história da memória”, construída com base em um arquivo de entrevistas de história oral de vida da família “Freitas de Castro”, constituídos localmente como “os filhos de Cristina”, umas das descendentes diretas de Manoel Benedito da Costa, o “preto carimbado” que seria angolano com passagens pela província do Pará e que teria adentrado a província do Amazonas em fins do século XIX, onde formou família com a

indígena Gerônima Sateré-Mawé.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; História Oral; Identidade; Quilombos; Rio Andirá.

ABSTRACT: This communication deals with the relations between the production, framing and learning of the memory of ones and the processes of struggles for recognition of quilombola ethnic identity in the Amazonas/Pará Border. It does so from the case of the "Quilombo Trindade" which makes up a set of five quilombola communities of the Andirá River, municipality of Barreirinha -AM, certified by the Palmares-FCP Cultural Foundation in October 2013, after eight years of fighting. The text produces this reflection based on a "history of memory", constructed based on an archive of oral life history interviews of the family "Freitas de Castro", constituted locally as "the children of Cristina", one of the direct descendants of Manoel Benedito da Costa, the "stamped black" that would be Angolan with passages through the province of Pará and that would have entered the province of Amazonas at the end of the 19th century, where he formed a family with the indigenous Gerônima Sateré-Mawé.

KEYWORDS: Memory; Culture; Tradition; quilombos; Andirá.

INTRODUÇÃO

Este texto trata sobre algumas de nossas trajetórias de pesquisa junto aos “Quilombos do Rio Andirá”¹, fronteira Amazonas/Pará. Neste

¹ A fundação Cultura Palmares através da Portaria Nº 176, de 24 de outubro de 2013 registrou no Livro de Cadastro Geral nº 16 e certificou, de acordo com a autodefinição e o processo em tramitação, junto à referida Fundação que as comunidades Comunidade

recorte, a partir dos registros audiovisuais, registramos os protagonismos dos “Freitas de Castro” junto ao movimento social quilombola. Os tais “Freitas de Castro”² que configuram o “Quilombo Trindade” são, segundo as memórias desse movimento social que vem lutando por diferenciação étnica no Rio Andirá, “os filhos de Cristina”³. Esta seria, segundo informa essa mesma memória do movimento quilombola, um dos muitos descendentes de Benedito Rodrigues da Costas. Benedito seria um ex-escravo que em fins da década de 1870 teria adentrado o Andirá em companhia com outros sujeitos, e ali constituído família com Gerônima Sateré-Mawé. Benedito viria da província vizinha do Pará, onde esse angolano, experienciou os mundos do trabalho escravo.

Trazemos aqui uma reflexão acerca do protagonismo quilombola no movimento por diferenciação étnico-racial. Baseado em arquivos de fontes orais, identificamos, descrevemos e analisamos as ações sociais e políticas da Família “Freitas de Castro”, sujeitos inseridos nesse processo. As trajetórias e experiências individuais e familiares que conectadas a cenários, sujeitos e interesses variados, puderam tecer relações de poder, no e a partir do Rio Andirá. Tais comunidades quilombolas conseguiram nesse movimento, etnicizar e politizar memórias dos mais velhos e com isso, construir, juntos aos demais atores sociais das seis comunidades daquele rio, narrativas sobre si. Criam e acionam memórias que os ligaram às experiências dos mundos do trabalho na Amazônia, e assim (re) desenham práticas socioculturais, capazes de indicar fronteiras étnicas e demarcar territórios simbólicos de pertencimentos que lhes garantem diferenciação frente às demais comunidades do Leste do Amazonas.

Neste exercício, julgamos iluminar para o conhecimento das táticas desenvolvidas por tais movimentos sociais contemporâneos na Amazônia, palco de diversos impasses e lutas sociais por direitos de existências de povos e comunidades tradicionais como ocorreu/ocorre na Fronteira Amazonas/Pará. Dizemos isso por acreditarmos que não dá mais para ler a presença negra na Amazônia apenas pelo viés da quantidade numérica. Em nossas pesquisas buscamos não somente considerar os dados estatísticos em si, mas também os múltiplos significados da presença negra. Nos interessa perceber como os negros se articularam aos espaços e mundo amazônicos e aqui construíram novos espaços de liberdades e territorialidades específicas. As práticas socioculturais e memórias contemporâneas de tais comunidades, alargam os seus presentes, e com isso reconstróem aspectos de seu passado coletivo, a partir de suas demandas políticas presentes,

de Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade se definem como remanescentes de quilombo. Ver: Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013. Já possuem relatório Antropológico publicado e aguardam processos finais de titulação de seu território.

2 Família envolvida nos processos socioculturais e Ações políticas para diferenciação étnico-racial e territorialidades quilombolas no Leste do Estado do Amazonas. Após intensas circulações, ao longo da segunda metade do século XX dado os intruzamentos constantes de suas terras tradicionalmente ocupadas. Transitaram por municípios do Leste Amazonense (Barreirinha Boa Vista do Ramos, Maués), referenciam-se contemporaneamente no “Quilombo Trindade”, (re)produzido a partir de seus protagonismos (dos “Freitas de Castro”), ao longo das mobilizações políticas do movimento social quilombola do Andirá.

3 Maria Amélia dos Santos Castro. **Entrevista**. Agosto de 2016. Parintins -AM.

objetivadas no movimento social.

Nessa “viagem das memórias” (ALBERT, 2011) do movimento social quilombola é que intentamos conhecer um pouco das histórias desses sujeitos, até pouco tempo classificados como “pretos do matupiri” (UGGÉ, 2016), mas que a partir de 2013 foram (re) classificados como “quilombos do Rio Andirá” (RANCIARO; ALMEIDA, 2014). Fato que segundo Maria Amélia dos Santos Castro, significa que terão “Outros Valores”⁴, mais que isso, “seremos tratados diferentes”⁵. Tal assertiva é uma projeção futura, onde a liderança esperançosa anseia mais respeito, tanto por parte do Estado, como dos seus vizinhos.

DOS CAMINHOS DE LUTA

As comunidades quilombolas do Rio Andirá, como os “novos quilombos” (MATTOS, 2005) das demais partes do Brasil, conectam-se de alguma maneira aos processos produzidos e sistematizados no âmbito das mobilizações dos movimentos sociais das décadas finais do século XX. Mobilizações essas que dentre outras coisas, com suas ações sociais marcadas por protagonismos diversos, alargaram conceitos e significações de elementos que até então impossibilitavam olhares para realidades sociais de centenas de comunidades negras rurais espalhadas pelo território nacional. Muitas das quais, com existências de memórias e tradições que entre outras coisas, remetiam aos tempos do cativo e ou denunciavam as relações sociais tecidas por tais sujeitos por todo o pós abolição. Dentre os temas alargados, ressignificados e, portanto, que receberam novos olhares, estão a memória pública sobre a escravidão, sobre os sentidos da liberdade conquistada, sobre os marcos e datas comemorativas até então cristalizadas que passaram por reapropriações (MATTOS, 2005). Tais revisões estiveram como pautas do movimento negro contemporâneo que a partir das décadas finais do XX, encampou a questão quilombola como símbolo de lutas do povo negro (MATTOS, 2005; DOMINGUES; GOMES, 2013).

Foi produzida nesse contexto de produção de direitos e de sujeitos políticos, uma série de questões, várias das quais atreladas às suas demandas contemporâneas. Nisso, produziram “cenários de direitos” (ROCHA, 2020), marcando lugares nos dispositivos legais que seriam depositados na Constituição Federal de 1988. Um exemplo disso está no artigo 68 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT's, tal artigo confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (O'DWEYER, 2005). “Ali se nomeava e se atribuía direitos a um heterogêneo conjunto de comunidades de predominância negra que, salvo raras exceções, não se pensavam em qualquer medida como ‘remanescentes’ das comunidades de quilombos” (BRANDÃO et al, 2010, p.78). Sua aprovação proporcionou uma “revisão histórica e mobilização política, que conjugava

4 Maria Amélia dos Santos Castro. *Entrevista*. Agosto de 2016. Parintins -AM.

5 Idem.

a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão” (MATTOS, 2005, p 106).

Apartir de então, os dispositivos estavam postos, sendo constantemente reordenados nas décadas de 1990 e início dos anos 2000. Como aliás ocorreu em 2003, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva, em decorrência de ações dos movimentos sociais, assinou o decreto 4.887, de 20/11/2003, que dentre outras coisas, pactuava sobre a auto identificação de povos indígenas e tribais. Estamos nos referindo a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT. Isto inaugurou novos espaços e caminhos para as lutas dos movimentos quilombolas. Somam-se a isso outras questões, pois, “além da referência étnica e da posse coletiva da terra, também os conflitos fundiários vivenciados no presente aproximavam o conjunto das ‘terras de preto’, habilitando-as reivindicar a enquadrar-se no novo dispositivo legal” (MATTOS, 2005, p.106). Vale destacar que “há situações históricas peculiares em que grupos sociais e povos percebem que há condições de possibilidade para encaminhar suas reivindicações básicas” (ALMEIDA,1998, p.17). Tudo isso, segundo o mesmo autor “para reconhecer suas identidades coletivas e mobilizar forças em torno delas e ainda para tornar seus saberes práticos um vigoroso instrumento jurídico-formal” (ALMEIDA,1998, p.17).

Foi no início da década de 1990 que ocorreram às chamadas “quebradeiras de coco babaçu”. Em outras palavras, foi nos primeiros anos de implementação da “Constituição Cidadã” que os “quilombolas” colocaram as suas pautas de reivindicações, em meio a um ambiente de forte efervescência política e mobilização social. “Quebradeiras de coco babaçu” e os “quilombolas” que se colocaram na cena política constituída, consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, tais como os “castanheiros” e os “ribeirinhos” (ALMEIDA,2012). Além destes sujeitos e grupos sociais, começaram a se consolidar no Brasil, as denominadas “comunidades de fundos de pasto” e dos “faxinais”. Estes movimentos, “tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais” (ALMEIDA,1998, p.19). As comunidades demandantes passam então, a se articular em torno de elementos que os unisse na busca de acessar seus direitos. Para isso acionam os mais variados elementos e entidades externas. Essa questão legal se consolidou quando o decreto 4.887, de 20/11/2003, regulamentou que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos seria atestada mediante auto identificação da própria comunidade. Tais comunidades, por sua vez, passam a ser compreendidas também como grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida (ALMEIDA, 1998).

Nisso, assistiu-se os inúmeros trabalhos de produção de processos sociais para acessar aqueles direitos, fazendo emergir centenas de comunidades negras rurais. Estas

passaram cada vez mais a trazer para suas pautas os discursos e as formas de lutas relacionadas ao novo ser quilombola, descrito nos tais dispositivos constitucionais e decretos presidenciais. Muitos desses caminhos foram produzidos nas interações entre realidades sociais referidas e parceiros externos (ONGs, Universidades e demais órgãos).

Para os casos amazônicos como o do Rio Andirá, destacamos os trabalhos de (re) constituições de memórias, suas sistematizações e oficializações por meio de órgão e entidades organizativas dos quilombos como foi o caso da Federação das Organizações Quilombolas do município de Barreirinha. Tais órgãos, como o da Federação, produziram mapeamentos e “procurações de negros”⁶, identificando processos socioculturais, memórias e trajetórias individuais e familiares que aos poucos foram compondo desenhos que faziam sentido e contribuíaam nos projetos étnicos e políticos do movimento social quilombola para conseguir produzir a diferenciação étnico-racial daquelas comunidades frente o Estado Brasileiro que os reconheceu como quilombolas em 2013.

Destacamos em seus processos de lutas os protagonismos femininos e trajetórias familiares que para este momento tomamos uma delas, a dos “Freitas de Castro”. Muitas dessas trajetórias, como ocorre com esta família Freitas de Castro, são emblemáticas, no sentido de que delas apontaram caminhos para os passados dos mundos do trabalho, das relações sociais e de solidariedades, relações de poder, relações múltiplas no pós abolição no Amazonas, a partir dessa fronteira Amazonas/Pará. Com tais apontamentos, essas trajetórias, quando bem visualizadas acabaram contribuindo para fortalecer e formatar o que certas lideranças quilombolas chamaram de “sínteses da histórica”⁷, ou seja, produção de conhecimentos sobre si. Isto nos parece fundamental, pelo fato de haver muitos desconhecimentos entre os próprios grupos locais acerca de suas histórias e memórias até o contexto das mobilizações do movimento quilombola adentrar de fato as águas do Rio Andirá. Anterior ao movimento quilombola, essas memórias pareceriam circular apenas intragrupos familiares. Não existindo um órgão que dela cuidasse e a fizesse extrapolar os quintais das famílias e fronteiras das comunidades. O que parece ter ocorrido com a constituição do movimento quilombola local e conseqüente produção de um órgão gestor, no caso a Federação. Então, a partir de suas atuações, as memórias familiares e histórias foram entrecruzadas e assim ampliaram-se cada vez mais.

Tal processo de produção da memória no âmbito do movimento social quilombola, atingiu por exemplo outras comunidades distantes fisicamente, mas que se descobriam parentes oriundos dos mesmos ancestrais que segundo as narrativas de memórias teriam ali chegados em fins do XIX. Foram, por isso, aproximadas pelas memórias e pelos processos históricos e socioculturais do pós abolição, reconstituídos cuidadosamente no curso do movimento social quilombola. O grande exemplo disso, a nosso ver, ocorre com a (re) construção do quilombo Trindade, a partir dos protagonismos dos “Freitas de Castro”.

6 Maria Cremilda Rodrigues. **Entrevistas**. Agosto de 2015. Parintins-AM

7 Idem

Estes retomam antigas terras e reúnem parentes que foram “desautorizados” a existir em suas terras tradicionais pelas agro estratégias que intruzaram seus territórios ao longo do pós-abolição. Terras tornadas “passivos ambientais” nas linguagens dos engenheiros florestais do Incra, tornando “campo ‘prus’ gado”⁸ nas linguagens locais que traduzem a seus modos os fenômenos que lhes afetaram/afetam.

DOS PROTAGONISMOS QUILOMBOLAS. O CASO DOS “FILHOS DE CRISTINA”

(...) Papai contava que meu avô, veio de Angola, da África, como escravo dos portugueses. Então, esse meu avô, por parte de pai, era Benedito Rodrigues da Costa que veio nos navios africanos pra servir os portugueses. Ele tinha três irmãos, uma irmã, que era a tia Maria e mais dois irmãos: o tio Francisco e tio João. Tendo estes três partido para lugares ignorados, ninguém sabe pra onde!. Nessa época iam pro Pará e outros lugares; não sabemos pra onde eles foram(...)⁹

Ocorre que na primeira metade da década deste século XXI, a partir de movimentos sociais e de diálogos com outros estados da região amazônica e do país, (re) aparecem algumas dessas comunidades que começam a demandar reconhecimento Étnico, Social e Territorial como remanescentes de quilombos. No Estado do Amazonas, há presença reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares-FCP, desses “Novos quilombos” (Matos,2006), municípios de Novo Airão (quilombo do Tambor), Barreirinha (Quilombo do Andirá), Manaus (Quilombo do Barranco) e Itacoatiara (Lago Cerpa). As narrativas de uma das lideranças do Andirá, iluminam para processos iniciais de busca pelas diferenciações étnicas, a partir de processos de ressignificação de antigas memórias dispersas e, portanto, silenciadas e sem muito sentido aparente. Memórias e narrativas que no contexto dos primeiros anos do século XXI, encontraram motivações e cenários políticos para serem (re) constituídas.

Olha meu avô era o seguinte. Nós morávamos ali, a casa do meu pai era do meu avô [...]. Meu avô chegou a dizer, contavam pra gente que o pai dele tinha vindo da África. Nós éramos negros porque o pai dele tinha vindo da África e chegou aqui e casou com indígena. Ai eles teve esses filhos e ficaram por aqui. Foi o tempo que o Benedito Rodrigues morreu e ficaram eles permanecendo aqui neste pedaço. Então, a gente era de família negra, mas só que a gente não tinha certeza, quando nós tivemos certeza nós procuramos a saber¹⁰

As análises do conjunto dos “arquivos orais” (RIOS; MATTOS, 2005) dão conta de que houve no movimento quilombola do Rio Andirá um processo constituído por algumas etapas do “aprender a ser” negros e quilombolas, muitas das quais marcadas por conflitos

8 Maria Engracia Rodrigues. *Entrevista*. Quilombo São Pedro. Julho de 2016.

9 Maria Amélia dos Santos Castos. *Entrevista*. Agosto de 2016.Parintins-AM.

10 Maria Amélia dos Santos Castro. *Entrevista*. Outubro de 2015. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, Rio Andirá, Barreirinha/AM.

internos diversos acerca da memória herdada, dos procedimentos a serem realizados. Destacamos: **A)** Um despertar a partir de contatos com agentes externos que ali foram realizar estudo; **B)** As condições sociais precárias de tais comunidades e as possibilidades aventadas pelos agentes externos que lhes apresentaram as garantias postas no artigo 68 da Constituição de 1988 deram força a esse despertar; **C)** Procederam a institucionalização da luta por meio de uma associação, tornada Federação num segundo momento e que cuidaria dos processos, demandas e diálogos locais e extra locais; **D)** Esta entidade procedeu junto às comunidades um mapeamento das memórias do cativo.; **E)** Após o segundo mapeamento (ocorrido e em 2012), procedeu-se ao auto reconhecimento e certificação por parte da Fundação Cultural Palmares-FCP. Registra-se três etapas de investidas para a certificação: **1.** A primeira liderada por duas pessoas (uma de São Paulo e outra de Boa Fé); **2.** A segunda liderada pela Federação da Organizações Quilombolas, sob a liderança de Maria Cremilda Rodrigues e; **3.** A terceira também pela Federação Quilombola, já sob a liderança de Maria Amélia dos Santos Castro, “a Lurdes” como a chamam as vozes do Andirá; **F)** De posse da certidão como remanescente, procedeu-se ao processo de demarcação do território reivindicado como quilombola (em andamento no Incra).

Nos importa neste recorte considerações gerais acerca das Ações protagonistas dos “Freitas de Castro” – os tais “filhos de Cristina” - e suas relações com o movimento por diferenciação étnico-racial na fronteira Amazonas/Pará. Trindade, a mais recente das comunidades Quilombolas do Rio Andirá e Santa Tereza do Matupiri, a mais antiga delas, juntam-se, agregam-se a São Pedro (ex-núcleo de Santa Tereza), a Ituquara e a Boa Fé. Em 2015 após a “certificação da Palmares”, quando dos processos de demarcação do território já haviam iniciado e por isso os quilombos recebiam pela primeira equipe do INCRA responsável, é que o Distrito de São Paulo do Açú, antigo núcleo de Ituquara, foi inserido nas lutas do movimento quilombola. Dado o adiantado de certas questões formais, e a já titulação por parte da Fundação Cultural Palmares, São Paulo ficou como “nucleação quilombola de Ituquara”.

Análises de Trajetórias familiares iluminam para inúmeras questões de protagonismos negros no pós abolição no Amazonas. Neste texto, evidenciamos os protagonismos dos Freitas de Castro” e suas relações com o movimento quilombola do Andirá por diferenciação étnico-racial. Memórias familiares que dentre outras coisas foram fundamentais nas informações sobre os antigos espaços territoriais de usos comuns, as práticas e relações de trabalhos. Enfim, elementos que auxiliam aos órgãos que produziam seus relatórios técnicos para fins de delimitação do território tradicionalmente ocupados.

O senhor sabe aquela senhora [engenheira florestal] tava fazendo aquele trabalho no computador. Sobre a revisão terra do chapeleiro e o povo não 'tava' entendendo. Essa área que muitas pessoas fizeram “caçuada” de mim ontem. Foi nessa área que nós fizemos um ‘guarnazar’[...]. É área velha de quilombo. Nós fomos moradores velhos dali. Nós ‘tinha’ duas áreas, uma

na frente da outra. É terreno grande que se fosse bater, eu não sei falar, mais vou dizer, no GPs pela área que tavam falando, que agora tem 1.000 quadros de campo.[...]São um povo muito rico e esse que toma conta agora tá escravizando o 'pessuar',[...]. Meu irmão, quando essas 900 equitárias pegou fogo aí o 'pessuar' do São João do Massauri pensou que ia se acabar o mundo, tava pretejoando tudo de tanta fumaça. [...] Ele disse que quer ver tudo isso limpo. Nós não vamos mais pra lá. Já 'tamos' velhos. Ninguém vai trabalhar mais pros 'zutrus'. Vamos é trabalhar pra nós. Os novos ainda vão por que não tem pra onde trabalhar. Hoje a diária é trinta e cinco reais no terçado e na foice. Eu saí [das empreitas] por que hoje nos 'tamo numa área quilombola. Meus irmãos explicaram pra mim. Então, hoje em dia eu me sinto muito feliz por que eu tenho as coisas que é nossa. Quero trabalhar pra mim mesmo.[...]. Todas as coisas que nós temos aqui é pra nós. Depois de 'tudo' esses trabalhos é que nós ficamos tudo "baquiado". Nós nem tinha tempo de arranjar mulher naquela época¹¹. Uma hora dessas [seis e trinta da manhã] nós já estava na mata de machado. Farinha não tinha ganho quase¹²

Dentre os trabalhadores dessas ações de "intruzamentos" dos "territórios tradicionalmente ocupados" (ALMEIDA, 2008, 2012, 2014) no Andirá, é claro, estavam os sujeitos locais. Também estavam nordestinos que reeditavam os processos migratórios do século XIX e início do XX e migravam por toda Amazônia, em busca das frentes de serviços propagadas naquele contexto em que "a política de desenvolvimento da agricultura, implementada pelo regime militar, privilegiava o latifúndio (concentração de terra) e a monocultura, o que causou grande impacto nas comunidades quilombolas" (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 14).

Alguns chefes de famílias do Andirá, por exemplo, iniciaram, nesses contextos, um processo drástico de transição dos extrativismos (pescas, caças e coletas), da pequena agricultura de subsistência, para tornar-se "diaristas" e "empreiteiros" das novas "agro estratégias" (ALMEIDA, 2014). Isso reatualizava na segunda metade do XX, práticas e relações sociais e de trabalho corrente por todo o pós-abolição. Objetivadas nas ações de patrões que se diversificaram na Amazônia e junto com eles, as relações de poder e consequentes lutas pela terra e os assédios aos "antigos", tornaram-se cada vez mais evidentes no sentido de ceder as suas terras ocupadas e utilizadas tradicionalmente há gerações. "Aqui só não foi vendido porque quando meu pai morreu só ficou minha mãe, meu irmão que depois também ele morreu. [...] Se ela negociasse aqui era um campo. Nós não sei nem por onde estava né!¹³. O que move em parte esse e os demais processos de intruzamentos de terras na Amazônia são as possibilidades da especulação fundiária que têm nas "terras tradicionalmente ocupadas" empecilhos para os estabelecimentos dos novos empreendimentos. Nisso, parte de territórios quilombolas foram expropriados de formas violentas e também por meio de "convencimentos sutis", constrangimentos e/ou

11 Dos seis irmãos Freitas de Castro, apenas três deles constituíram família. Dada em certa media como atribui seu João Freitas de Castro, a vida dedicada aos mundos do trabalho no Andirá.

12 João Freitas de Castro. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo Trindade, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

13 Maria Engracia Rodrigues de Freitas, 56 anos. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo São Pedro, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

valores abaixo do mercado.

As memórias “dos Freitas de Castro” e de parentes como “os Rodrigues” do quilombo São Pedro, devidamente mapeadas pela Federação quilombola do Rio Andirá, em muito contribuíram para sistematizações como aquelas propostas por seu João. Segundo o qual, ao fim e ao cabo, são “ ‘tudinho’ galhos do Matupiri”¹⁴. Para trazermos as metáforas produzidas pelas memórias de “*poucas letras*” de seu João Freitas de Castro, o mais velho da Família Freitas de Castro – descendentes de Cristina, uma das filhas daqueles indicados pelas memórias locais com sendo os filhos de Manuel Benedito da Costa e de Gerômina Sateré. João é um personagem das dezenas de sujeitos descidos das cabeceiras como a do Chapelheiro. Dentre outras Ações, foi “provedor dos ranchos” para os trabalhos coletivos - “puxiruns” de derruba, capina do terreno onde se (re) estabeleceram em 2009, constituindo estrategicamente quilombo de Trindade, uma “Ação política” (ACEVEDO; CASTRO, 1998) em pleno movimento de mobilização por diferenciação étnica no Andirá. Entendemos esse protagonismo específico da família “Freitas de Castro”, na formação do quilombo Trindade, que também foi fruto de uma rede estabelecida com os agentes externos. Essas conexões que mobilizaram formas e processos de conhecimentos para dar a “força” étnica necessária ao dizer-se negros e quilombolas no Andirá; foram devidamente produzidos e utilizados no percurso do movimento quilombola e que auxiliou os sujeitos envolvidos nas lutas, a (re) constituírem e sistematizarem memórias familiares que os remeteram àqueles que chamam de “troncos velhos”, como é o caso de Cristina. Nisso, se ligaram também às memórias do cativo e do pós-abolição naquela fronteira Amazonas/Pará, marcada por trânsitos desde os tempos coloniais.

As comunidades negras rurais do Rio Andirá, portanto, passaram a construir ferramentas metodológicas e institucionais, como é o caso de uma “Federação”, capazes dentre outras coisas, de acionar, registrar, materializar e em alguns casos institucionalizar “memórias do cativo”, muitas das quais, remontadas ao final do século XIX. Sua atuação política foi importante nos processos de produção, enquadramentos das memórias do “novo grupo étnico” no Andirá; pois, “além do trabalho de enquadramento da memória há também o trabalho da própria memória em si, ou seja, cada vez que uma memória está relativamente constituída ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade da organização” (POLLACK 1992, p.205). Todo esse projeto de memória, que passou por uma certa produção de identidade coletiva e territorialidades quilombolas, acabaram por ser uma espécie de luta pela possibilidade de mudanças de seus quadros sociais de exclusão, aos quais estavam submetidos historicamente.

Se as características fenotípicas de São Pedro nos anos 1980 eram sinônimos de estigmas e negações de suas existências e direitos a escola e ou socialização em núcleos maiores como Santa Tereza, onde eram chamados de “búfalos”, como nos lembra Maria Engrácia, e ou “pretos do curupira”, como rememora Mateus Cruz. O oposto, ao menos no

14 João de Castro Freitas Rodrigues. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo Trindade, Rio Andirá, Barreirinha/AM.

sentido do proveito político no movimento quilombola, ocorreu nos anos 2000 com a formação do quilombo Trindade. As aparências fenotípicas e marcas de linguagens, especialmente dos Freitas de Castro do recém-criado Quilombo Trindade, parece terem acolhido muito bem aos “projetos de memória” da Federação Quilombola, haja vista que os líderes da nascente comunidade (João, Adelson, Nicanor, Tiniel, Nezinha e Luís Carlos), raramente desciam para os demais núcleos comunitários em constante romanização (ação missionários católicos) e cercados pelo agro negócio. Seja como for, uma marca das comunidades quilombolas “galhos dos pretos Matupiri”, principalmente as mais recentes, foram/ são formadas entre outras coisas, “a partir dos deslocamentos das famílias, algumas já desapropriadas de suas posses, viabilizaram-se a formação de pequenos agrupamentos em áreas que até então eram praticamente de posse e uso familiar” (SIQUEIRA, 2016, p. 18)¹⁵

Tais comunidades do Andirá produziram, processos de aprendizagem e de formação de novas lideranças e aperfeiçoamento dos discursos das lideranças já existentes, passando de duas para três, depois para quatro e, por fim, para seis comunidades, acrescidas de mais três núcleos menores que foram agregados às comunidades demandantes em curso. Estava em questão também as expectativas pelos poderes a serem assumidos, quando tivessem as comunidades, as certificações como quilombolas e também as titulações dos seus territórios.

[...] se nós fizesse a comunidade, aí ser organizado a terra, se não ia organizar a terra, que os “homi” “butarum” pra lá pra.pro Matupiri. Não ! , a comunidade “chefe” que tem dos quilombolas é Santa Tereza. É, pois é!. Mas é o centro, é o centro, [...]. É aqui que é o centro!. Por que essa aqui [Trindade] “fui” feita, aquela lá já tava pronta. Essa aqui tem...aí delá, os delá que “tenham” mais saber do que nós, diz que tá no centro. É, que tem sabedoria, eles “pegarum” que tem mas sabedoria do que nós eles butarum o centro pra lá. [...]¹⁶

Verifica-se nesses e em outros discursos, que muitos dos conflitos produzidos e nem sempre administrados no curso do Movimento Quilombola, giravam em torno desses “horizontes expectativas” sobre o que fazer com o novo estigma e classificação social que buscavam por entender o que lhes seria bom. Em sua família, Luís Carlos é o único dos Freitas de Castro que teve acesso formal “às letras”. Dessa forma, foi tornado uma das principais lideranças da comunidade de Trindade quando esta precisava da interlocução com o mundo externo para além das redes de poderes locais. É tido como tal por ser o sujeito “das letras” dos irmãos Freitas, que, aliás, segundo as memórias coletivas das demais comunidades, “são aqueles que falam feio”, de quase nenhuma letra, como bem assevera Nicanor, gêmeo de Tiniel, os “pescadores” da família Freitas de Castro. Família quase sempre estabelecida no alto das cabeceiras, os Freitas de Castro, desde há muito tempo subiram o Andirá grande, se estabeleceram nas cabeceiras do Chapeleiro. Foram para o São João do Rio Massauari, estabeleceram contatos econômicos, de solidariedades

15 Relatório Antropológico do Território Quilombola do Rio Andirá.

16 Adelson Freitas de Castro. *Entrevista*. Quilombo Trindade. Julho de 2016, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

e casamentos com municípios de Boa Vista do Ramos e principalmente Maués, onde já moravam seus avós paternos, saídos do Andirá na primeira metade do século XX. Em Maués eram mais respeitados, e isso significava ter dinheiro em espécie, não apenas pelas trocas de produtos, como faziam os regatões do Andirá. Sobre isso, acusa Luís, o filho mais novo e o único que pode encontrar as letras e assim aprender a contar os palmos de madeiras, “vendidos” pela família Freitas no chapeleiro e em Maués, onde nasceu. Luís, por isso, tornou-se o articulador dos negócios da família Freitas de Castro, que “somo sete por tudo: meu irmão João, o ‘Aderson’, o Nicanor, ‘Tinier’, ‘Anerzine’ e Dulcilene”¹⁷.

[...] a gente se deu pra lá mesmo!. .Acho que por causa do movimento da Cidade. Porque de Maués era muito mais trabalho do que Barreirinha. Chegava lá na Cidade mesmo lá tinha trabalho. Papai dizia: -Eu tenho 10 homens pra limpar o guaranazal. -bora lá!. Já tinha gente que nós procurava. Eles ficavam nos procurando. Já conheciam já. Tantos tempos já trabalhamos em ‘empeleita’, tantos de roça que plantaram, tanto de guaranazal assim iam fazendo pra nós, aí fazia dava o dinheiro. O período de Janeiro a Fevereiro de lá mudava de Setembro a Dezembro. Com o tempo nós tivemos condições por lá. Tinha casa fizemos um comércio lá. Compramos o terreno, aí compramos casa na cidade, já tinha os comércios já em Maués. Quando colocamos o comércio. Mamãe: - meu filho, não me acostumo aqui porque eu gosto do Andirá!. Vamos voltar pro Andirá. Meu irmão disse:- não mano, vamos ficar por aqui mesmo, não quis sair de lá mais. Bagunçavam muito com nossa cor aí no Chapeleiro. Na verdade ficamos só um pouquinho em Maués, melhoram praticamente se sentindo barão. Tinha mais trabalho, ou mais melhor mesmo o dinheiro que circulou muito. Era guaraná, farinha. Todo sábado aquela feira lotava de gente tarde não tinha mais, muita farinha de 10, 12 sacos (você levavam pra lá) levava todo sábado por semana 20 sacos de farinha. Lá também conseguimos. Lá era patrão já. Já tínhamos um negócio grande já lá. A coisa que a mamãe dizê: - meu filho, ‘bora’ mudar daqui. - mamãe não falta pra nós nada!. - Não meu filho, eu quero ir lá pro Andirá mesmo!. Exatamente, fizemos a vontade dela. Viemos embora pro Andirá memo. Ela já tinha os 65 anos e também estava meio adoentada¹⁸.

A família então obedeceu a um pedido da Matriarca Inês de Castro, gravemente adoentada, que queria retornar para próximo dos seus antigos parentes. Inês nos faz lembrar das realidades observadas também em outras partes da Amazônia, como as referenciadas por Acevedo; Castro (1998), sobre o Rio Trombetas. Ao tratarem “dos quilombos às comunidades dos seus descendentes”, estas pesquisadoras fizeram questão de ressaltar os protagonismos femininos ali observados e amplamente reificados nas práticas sociais das comunidades mocambeiras, das quais tem nos domínios de parentesco “o epicentro das relações sociais”. As mesmas autoras nos informam que tais realidades sociais afro-amazônicas, são “formas familiares chefiadas por mulheres, seus papéis organizadores e as dominâncias das relações em sistemas matrilineares” Acevedo; Castro (1998, p. 121). Dizem os Freitas de Castro que, “Com essa doença, aí no outro dia ela morreu, minha

17 Luís Carlos Freitas de Castro. *Entrevista*. Agosto de 2016. Quilombo Trindade, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

18 Idem.

mãe!. E aí ficamos praticamente acostumado com nossa mãe, mas mesmo com essa idade ficamos sem mãe. Ficamos sem direção”¹⁹. Continua, “ela [apontado para a esposa Esmeraldina] e eu. Nós que direcionamos nossos irmãos. - É já vamos lá pra Trindade! [terreno onde se formaria a comunidade]. Vamos lá pra aquele terreno”²⁰

Com o falecimento da Matriarca Inês de Castro, restou aos Freitas de Castro, imprensarem-se entre pastos e matas, até não resistir aos assédios e “vender” as terras do Chapeleiro. Então, retornaram de Maués ao Chapeleiro que, no entanto, já completamente tomado pelo pasto para gado, e de lá desceram para formar o quilombo Trindade. Caracterizando “[...] deslocamentos para fora, cuja maior parte dos casos se deu de forma forçada, podem ser descritos com base em dois movimentos” (SIQUEIRA, 2016, p. 16). Após os muitos trânsitos e experiências dos Freitas de Castros, a essa altura já haviam perdido “a direção” lhes dada por aquela mulher Inês de Castro, protagonista e testemunha dos tempos antigos. Um dos “galhos de Cristina”, filha das primeiras gerações dos “pretos do Matupiri”. Na segunda metade do século XX, viam-se seus descendentes das “fala feias”, continuamente ameaçados pelos intruzamentos de seus territórios tradicionalmente ocupados, como denuncia Adelson Freitas de Castro, “ ‘Estu’ tudo torto ‘sumano’. Peso de trabalho!”²¹. Sujeitos que tem sua trajetória de vida e o corpo marcado pelos trânsitos entre os rios Andirá, Chapeleiro, Massauari, entre os municípios de Barreirinha, Maués e Boa Vista do Ramos.

[...] ele [fazendeiro] cortava a nossa cerca pra ele ‘cabar cum’ nossa agricultura né Nicanor! [...] . Aí a “ente”[gente] fazia como que é?, a cerca. A ‘ente’ endireitava a cerca, ‘ente’[gente] num tinha boi. Endireitava a cerca. E ele continuava cum esse negócio, cortava a cerca. Quando era de manhã “ente” [gente] endireitava, quando era aquela hora ele só [gestos indicando os cortes do arame]. Aí “fui”, a ‘ente’ se ‘injuu’ de tá brigando, brigar cum vizinho. - Bora vender pra ele, tudo tempo ele dizia: - ‘não rapaz eu quero terreno, quero o terreno!’. Ele falava. É, ‘quero o terreno!’, aí fui pra nós Aí, o meu, esse meu irmão pegou uma micharia dele. Quanto?, ‘Num’ sei nem quanto ele pegou, que eu num tava aí, eu tava pra Boa Vista. Três mil. Três mil reais. O terreno aí era, acho que, esse de lá fui, uma ‘basia’[base] de, de 600 de frente. É!. E mil de fundo mais ou menos né, [...]”²²

Como bem reconhece seu João Freitas, o mais velho dos descendentes de João Elias e Inês de Castro, que descende de Cristina, dos muitos filhos do “quilombola, do puraca mesmo. [...] O ‘avu’ deles [dos seus pais João Elias e Inês de Castro] que é o Manuel Benedito. É, nós ‘temo’ ‘tudu’ essa história aí (na associação de moradores). o Luiz tem!”²³. Como se observa nesse trecho da fala de seu João, a expressão “o Luís tem” parece evocar uma espécie de autorização dada ao grupo a Luís Carlos. Apresentado ali na Trindade como o homem e sujeito das letras, sobre o qual depositaram suas demandas iniciais.

19 Luís Carlos Freitas de Castro. *Entrevista*. Agosto de 2016. Quilombo Trindade, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

20 Idem.

21 Adelson Freitas de Castro. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo Trindade. Rio Andirá, Barreirinha-AM.

22 Adelson Freitas de Castro. *Agricultor. Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo Trindade Rio Andirá, Barreirinha-AM.

23 João Freitas de Castro. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo Trindade. Rio Andirá, Barreirinha-AM.

Apesar de ser o mais novo dos Freitas de Castro, foi tornado o “guardião da memória” (GOMES, 2003) e um dos sistematizadores da síntese histórica de Trindade.

Tais processos sociais e Ações políticas protagonizados a partir de Trindade, tendo a Família Freitas como personagem central, a nosso ver acabou, ao fim das contas, por fortalecer e dar a pretensa força étnica com suas “falas feias”, aos quilombolas do Matupiri ou do Andirá como um todo. Nas palavras de Luiz Carlos Rodrigues de Castro, Trindade “é de onde vem a Força” do movimento quilombola do Rio Andirá. Essa força emana especialmente da Família Freitas de Castro, os “Filhos da Cristina. A Cristina, filha de Benedito Rodrigues, é a, os filhos, netos dela é que formaram a comunidade de Trindade”²⁴. Esta, um dos muitos descendentes de Manuel Benedito da Costa. Nisso, evidenciamos que cada comunidade, espalhada ao longo dos furos, paraná, ilhas e lagos do Rio Andirá, foram, ao longo do movimento quilombola, sistematizando suas memórias territoriais e afetivas, oficializadas nas suas sínteses históricas. Aos poucos foram, tais comunidades, dando-se conta que no fundo, por meio das memórias, dos lugares de usos comuns do território, das tradições orais e das práticas socioculturais as religavam e as faziam, ao fim e ao cabo “tudinho galhos do Matupiri”²⁵, como já asseverou seu João Freitas de Castro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As emergências étnicas e territorialidades quilombolas no Amazonas, implicam realidades e produções de novos agentes sociais e políticos que, em seus respectivos movimentos por reconhecimentos, mapeiam, sistematizam, produzem sínteses históricas. Etnicizam suas memórias, (re) qualificando-as frente aos seus opositores, para acessar direitos constitucionais, que lhes eram distantes até então. Por esses elementos, tais realidades sociais quilombolas, se apresentam como desafios teóricos e metodológicos para a história. Nesse movimento teórico-metodológico, para olhar as emergências étnicas, as experiências registradas contemporaneamente no MSQA, iluminam também para as existências e protagonismos daqueles “antigos” sujeitos quilombolas ali estabelecidos. Por consequência, apontam as respectivas conjunturas em que suas experiências estiveram inseridas no pós abolição no Amazonas. Casos emblemáticos são visualizados em trajetórias quilombolas como as de *Martinho, Madá, Lúdia, Manuel Eugênio, Clarício, Adelino, Brasilina, João Freitas*, apenas para citar alguns dos mais idosos e seus descendentes, com os quais, dialogamos para produção dos “arquivos de memória”. Personagens, metaforizados em “sementes” que politicamente operam viagens da memória até os “troncos velhos”. Burlaram um tempo, onde “branco tinha mais valor que nós. Agente não tinha letra”²⁶, talvez por isso eram enganados nas relações de trabalho, operada segunda a matemática

24 Maria Amélia dos Santos Castro. Presidente da Federação das Comunidades Quilombolas de Barreirinha (2012-2014 e 2014-2016), quando trata da Genealogia, apontando onde estão os descendentes de cada um dos “Antigos”, indicando para as comunidades atuais.

25 Metáfora utilizada por João de Castro. *Entrevista*. Julho de 2016. Comunidade Trindade, Rio Andirá, Barreirinha-Am.
26 João Freitas de Castro. 68 anos. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo Trindade.

da exploração, onde “mil palmos de madeira serviam para trocar por uma rede. Uma lata de castanha por dois quilos de açúcar. Dois palmos de madeira, para comprar um anzol. Dois anos de trabalho para pagar um rádio”²⁷.

Homens e mulheres que (re) produzem seus discursos e conhecimentos sobre si, e nisso, se ligam de alguma forma, àqueles “tempos do cativoiro”. Referenciado como tempo dos tetravôs, também alegoricamente chamados pelos sujeitos contemporâneos de “*troncos velhos*”. Isto tudo, sem os desconectar dos “cenários de direitos” dos tempos presentes, em torno dos quais, aliás, instruem, organizam, etnizam e politizam suas pautas e (re) ordenam tradições diversas para (re) qualificações várias e seus projetos de memória. Além disso, apontam para a nova identificação étnica e territorialidades específicas, como quilombolas, auto declarados em 2013 e que ainda lutam pela publicação da demarcação do território tradicional.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO-MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas - Guardiões das matas e rios*. Ed. Cejup/UFPA-NAEA, Belém, 1998, 2ª edição.

ALBERT, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombolas e novas etnias / Alfredo Wagner Berno de Almeida*. – Manaus: UEA Edições, 2011.

BRANDÃO, André; DALT, Salete da; GOUVEIA, Victor Hugo. *Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais*. Niterói.:EDUFF, 2010.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. A Amazônia e o pensamento brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas (ORGs.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

MATTOS, Hebe. Cativoiro e Políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.68, Dezembro/ Fevereiro 2005-2006. p.104-11.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. - *TOMO*, São Cristóvão- SE Nº 11 jul./dez. 2007

PEREIRA, Amílcar Araújo. “*O mundo Negro*”. A constituição do Movimento Negro no Brasil (1970-1995). Tese de Doutorado em História, Uff. Niterói, 2010.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*. Tradução Rômulo Monte Alto. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ. vol.05, n.10, 1992, p. 2000-2012.

27 João Freitas de Castro. 68 anos. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo Trindade.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *Memória do cativo*: família, trabalho e cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O Pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, V.5, 8, Jan. 2004, pp.170-198.

SIQUEIRA, João. "*TAMBOR DOS PRETOS*": processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas. Tese em Antropologia Social. Uff, Niterói, 2012.

UGGÉ, Henrique. Uma partida de futebol. In: *Os pequenos Fatos da Vida*. V.1 São Paulo: Editora mundo e missão, 2016.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. [Et Al] Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais: *Quilombolas do rio Andirá*: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Ituquara/Barreirinha-Amazonas, 4/. - Manaus: UEA, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

F

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

G

Geoprocetamento 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

H

História oral 134

I

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

J

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

M

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

N

Nacionalismo 64

P

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

Q

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

R

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

S

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

T

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

V

Vale do Café 118, 121, 122

Z

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.arenaeditora.com.br
✉ contato@arenaeditora.com.br
📷 @arenaeditora
📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021